

Os (des)caminhos da educação indígena no Amazonas: o papel da universidade na formação dos professores

MARIA EUNICE SÁ PITANGA
ROSENIR DE SOUZA LIRA

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

A história das relações da sociedade nacional com os índios, tanto no que tange ao todo do país e, em especial, o que diz respeito à Amazônia, carece de mais estudos e análises que exponham cada vez mais as condições em que o processo de colonização da região construiu a atualidade em que estamos inseridos, indígenas e não-indígenas. O esforço de muitos cientistas de diversas áreas contribui, porém muito mais precisa ser feito.

É sabido que a Constituição Federal de 1988 possibilitou avanços, hoje mais visíveis, no sentido da viabilização “concedida” da autodeterminação dos povos indígenas sobreviventes do longo processo de extermínio, consequência do processo de colonização e do avanço do capital nacional e internacional sobre as regiões consideradas como as últimas fronteiras do capital: as terras indígenas da Amazônia.

No bojo desse processo, as etnias sobreviventes vêm construindo alternativas às políticas propostas a partir dos gabinetes palacianos: a educação indígena, nesse sentido, tem se constituído como um mecanismo importante de resistências ao processo de desconstrução das idéias que ao longo o tempo vêm negando o direito à coexistência entre índios e “brancos”. As lutas de resistência organizada têm encontrado na educação formal um importante aliado dos índios e possibilitando o conhecimento e domínio dos códigos da sociedade nacional e evitando sua assimilação e/ou transformação do índio em marginalizados nos centros urbanos, apesar desse fenômeno já ser realidade em cidades como Manaus, São Gabriel da Cachoeira, Benjamim Constant, Maués Eirunepé, Rio Preto da Eva, dentre outras. De todo modo, a presença do índio na cidade só tem reforçado o processo de aculturação e sua fragilidade enquanto sujeito de direito, ou seja, sua dependência da ação do poder público.

De maneira algum queremos negar o espaço urbano ao indígena mas constatar que a sua posição social na cidade tem sido de marginalização, e nisso, todavia, não difere dos outros moradores das periferias urbanas, marcados por lutas diárias pela simples sobrevivência, muitas vezes dependente de caridade e piedade, que mais servem para mantê-los onde e como estão do que a promoção e a valorização de sua identidade e culturas étnicas.

A construção da escola indígena está sendo realizada a muitas mãos, demanda esforço de numerosos grupos de cientistas sociais ligados, principalmente às Universidades Públicas de vários cantos do país em conjunto com os povos indígenas. As organizações indígenas se consolidam como vitais para esse processo, bem como a representação e pressão exercida diante dos poderes públicos, têm sido fundamental para a concretização do projeto escolar indígena.

Evidentemente que esse processo de construção ocorre apesar das antinomias, das inúmeras dificuldades, tanto do lado dos indígenas quanto do Estado. O excessivo controle estatal dificulta a construção da escola indígena autônoma de qualidade, a herança histórica recente comprova a resistência à escola enquanto instituição no espaço indígena. Pode-se ilustrar essa assertiva a partir das palavras do Brigadeiro Protásio, proferidas em 1980, ao elogiar o trabalho dos missionários na Região, dizia: “Eles ensinaram os índios a ser brasileiros, os índios passaram a ser professores e deixaram de ser índios”. É muito claro, a partir da leitura dessa idéia, a necessidade de não arrefecer na luta pela valorização da identidade étnica na Região Amazônica.

A construção do currículo escolar indígena deve buscar cada vez mais a desconstrução do etnocentrismo que marca essas propostas, via Secretarias Municipais e Estaduais de Ensino, que historicamente têm atuado como instrumentos de descaracterização cultural, desorganização dos povos indígenas e dominação, tendo partido da justificativa de que o índio não tinha educação.

Gersem José dos Santos Luciano-Baniwa, líder da etnia Saterés-Maués, afirma sobre educação indígena: “Toda essa lavagem cerebral deixou os índios ligeiramente sem rumo definido e claro em relação à sociedade envolvente. É triste dizer que para as pessoas mais adultas não havia perspectiva, a não ser a consumação do destino, pregado em nome de Deus: ‘o fim do índio’. Para os jovens ‘civilizados’, a única alternativa era a integração compulsória. A dificuldade de definir com clareza e objetividade o futuro possível dos povos indígenas, passa a ser o último passo para a consolidação das escolas verdadeiramente indígenas, que tem que estar em função da vida presente e como garantia da vida futura e digna dos povos indígenas”¹. O fim do índio se dá também pela negação da multiculturalidade dos povos e pela criação do ‘índio genérico’, elemento híbrido, produzido pelos discursos dos defensores da assimilação cultural.

A educação indígena apesar da escola formal

Considerando o esforço realizado, principalmente na última década, é possível encontrar avanços significativos no sentido da efetivação da escola indígena. O esforço despendido, nem sempre de bom grado, da parte do poder público local, mas, produto das relações estabelecidas pelas próprias organizações indígenas, a partir do acirramento de suas lutas pela escola, marca a compreensão de que a escola é importante para a autodeterminação dos povos da Região.

Do ponto de vista quantitativo, os números abaixo mostram que houve avanço na oferta de vagas e formação de professores indígenas. No I Simpósio dos Povos Indígenas do Rio Negro, os dados referentes a 1995-1996 estão reproduzidos abaixo e significam um estágio positivo no que tange ao processo de conquista da escola indígena. Antecedendo a esse estágio, muitos Encontros e Seminários indígenas foram realizados com objetivo de estabelecer princípios e metas para a educação indígena no Estado. A participação e interesse dos índios pelos debates são fatores preponderantes para a construção de sua escola.

¹ Palestra proferida no I Simpósio dos Povos Indígenas do Rio Negro: Terra e Cultura, Manaus, 1996.

Quadro demonstrativo da população estudantil de áreas indígenas

Número de postos indígenas	Total de etnias	Número de alunos	Número de escolas	Número de professoras
35	58	14.225	436	626

FONTE: Funai ²/ADR's.

A evolução pode ser observada nos seguintes dados fornecidos pela SEDUC (Secretaria de Educação do Estado do Amazonas), com os resultados obtidos até o ano de 2004.

Educação indígena

- *Princípios:* Intercultural, bilíngüe e diferenciada
- *Escolas estaduais:* 11
- Escolas municipais: 687
- *Escolas particulares:* 25
- *Total de escolas:* 723
- *Alunos:* 41.019
- *Professores:* 1.655
- *Etnias:* 72
- *Municípios:* 42
- Conselho de Educação Escolar Indígena
- Res. N.º 11/2002 - CEE/AM

A observação dos dados acima demonstra que houve ampliação do atendimento escolar indígena a partir da rede oficial, porém, nada dizem da qualidade da educação escolar que está sendo desenvolvida. Sabemos, contudo, que a qualidade do que está sendo realizado, tem dependido fundamentalmente do esforço dos próprios índios (e não poderia ser diferente). Uma questão importante nesse processo, e que ainda poderá levar algum tempo para ser solucionado, diz respeito às características próprias do funcionamento da escola indígena e a burocracia imposta pelos Sistemas de Educação, seja estadual ou municipal. As exigências de cumprimento de normas e da geração de dados estatísticos e, portanto, de "resultados", têm sido fator de pressão dos sistemas sobre o desempenho dos professores.

De fato, talvez esse seja um dos problemas que terá que ser debatido em exaustão. A educação indígena-intercultural, bilíngüe e diferenciada, não pode ser tratada a partir de normas burocráticas gerais, sem considerar os três princípios definidos. Portanto, não se poderia mesmo falar em escola, mas em escolas indígenas, retirando do conceito a generalização que se tem feito do ideal de escola indígena. Isso

² Fundação Nacional de Amparo ao Índio.

significa respeitar a busca da efetivação da escola dos índios, não da escola para os índios. É importante defender a idéia da construção, participação, diferente de concessão.

A atuação da Universidade Federal do Amazonas no processo de construção da Escola Indígena

A UFAM reúne uma experiência larga no trabalho de assessoramento das representações indígenas no Estado do Amazonas, através dos seus vários Departamentos Acadêmicos e professores de diversas áreas do conhecimento, a UFAM tem contribuído efetivamente para a preservação das culturas e construção da escola indígena.

São diversas as atividades já realizadas nos municípios amazonenses, tais como: participação em Seminários, Encontros, Congressos e cursos diversos. Em São Gabriel da Cachoeira, um dos pólos de atuação mais antigos, a UFAM ministrou Cursos de Licenciatura Plena em Filosofia, Geografia, Letras e Ciências sociais que contou com a participação maciça de professores indígenas daquela região do estado.

Atualmente merece destaque, o curso de Ciências Naturais, iniciado em 2004, exclusivamente para professores indígenas da etnia Saterê-Maué. São 43 professores indígenas que estão atualmente recebendo formação. Da parte dos professores indígenas Saterê-Maué, existe o desejo de superar a desinformação da sociedade nacional a respeito de sua cultura. Os professoras estudam na cidade de Maués, no centro de treinamento da Igreja Católica, conhecido como "Paraíso" a cerca de 5 Km da cidade, com acesso por estrada e por barco. Lá os professores são alojados com suas famílias e ficam pelo período de duração do módulo ou período de duração do curso que acontece nos períodos de recesso da escola formal do município.

Para realização do curso, foi celebrado convênio entre a UFAM e a Prefeitura Municipal de Maués que paga o curso. Segundo depoimento dos próprios indígenas que participam do curso, eles não escolheram o curso, preferiam que fosse Pedagogia, mas, compreenderam que é importante aproveitá-lo o melhor possível e que é um primeiro passo para outras reivindicações junto ao poder público local.

Diversas são as dificuldades enfrentadas pelos indígenas no curso, sendo que a língua é a dificuldade preponderante. Isso sem contar que o seu cotidiano sofre consideradas transformações mesmo que estes estejam alojados em local um pouco afastado da sede do município, esses costumam caçar, por exemplo, o que não é possível no local. Não menor é o trabalho com textos científicos e a linguagem dos mesmos. Porém, os mesmos enfrentam esses fatos que se constituem enquanto problemas, o que nos impulsiona e aumenta nossa vontade de estudar e ampliar a sua formação nos professores indígenas.

No Município de Maués, a UFAM também está formando 250 professores da Rede Pública e Ensino em Pedagogia³ e, foi pensando em promover um encontro de professores indígenas e não indígenas que os professores autores deste trabalho, promoveram no mês de janeiro/2005, uma visita ao Centro de

³ As turmas de Pedagogia que participaram do Encontro, na oportunidade estavam cursando a disciplina Educação na Região Amazônica, ministrada pelo prof. Rosenir Lira e Maria Eunice Sá Pitanga, que acompanharam os alunos naquele trabalho.

Treinamento Paraíso, onde se reuniram duas turmas do Curso de Pedagogia e seus colegas professores indígenas.

É importante salientar que por ocasião desse encontro que teve todo um ritual que se iniciou com a ida dos professores ministrantes da disciplina até a sala de aula dos Sateres no "Paraíso" para saber se estes gostariam de ter um encontro com os professores-alunos da UFAM, não indígenas. Quando foi feito o questionamento para o grupo, estes no idioma deles fizeram um consulta ao grupo como um todo para saber se todos ou a maioria concordava onde o mediador era o Pajé. Por fim todos concordaram e agendou-se que no dia seguinte no período da manhã estaríamos lá para o encontro onde os dois grupos poderiam fazer questionamentos referentes à sua formação, prática em sala de aula entre outros.

Os alunos de pedagogia e seus professores abordo de um recreio, tipo de embarcação utilizada na região seguiram pelo rio Maués Açu em uma viagem que durou aproximadamente 30 minutos, até o Centro de Treinamento Paraíso. Em lá chegando foram recebidos pelos colegas Sateré-Maué e convidados a sentarem para iniciar os questionamentos. Por parte dos professores alunos da UFAM, a experiência de quem já teve contato anterior com indígenas oferece vantagem, principalmente no desenvolvimento metodológico da transmissão das informações. A experiência preche de conhecimentos novos favorece a busca de alternativas no processo ensino-aprendizagem, ao contrario, dos que estão inaugurando sua proximidade com os indígenas comumente costumam tomar como modelo seus alunos do curso de graduação não indígenas, urbanos.

Por parte dos professores indígenas Sateré-Maué existe o desejo de superar a desinformação da sociedade nacional a respeito de sua cultura. O jovem Pajé, que se chama Euro, ressaltou por ocasião do encontro entre estudantes de Pedagogia da UFAM e a turma de estudantes professores indígenas, que a sociedade brasileira "conhece um índio genérico", pensam que todos os índios são iguais, mas, também entendem que o preconceito será superado na medida que haja mais educação escolar para todos e maior compreensão e conhecimento, portanto, da cultura indígena, da identidade étnica.

Podemos obter duas inferências a partir deste evento: Primeiramente a de que os conceitos acima referidos são tratados pelos indígenas a partir de outras representações; e a segunda, que o preconceito está mesmo ligado à ignorância a respeito da existência dos outros e a conseqüente negação do diferente. Um breve encontro entre colegas universitários inaugurou uma nova visão do universo amazônico entre os docentes da UFAM e os estudantes do curso de graduação não indígenas, bem como entre os próprios indígenas acerca da presença do Ensino Superior no espaço Sateré-Maué.

Bibliografia

- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1998): Referencial Curricular Nacional para a Escola Indígena. MEC/SEF/DPEF.
- SILVA, Aracy Lopes (org.) (1987): *A questão indígena na sala e aula*. Ed. Brasiliense, São Paulo.
- SILVA, Aracy Lopes, e GRUPIONI, Luís Bonisete Benzi (org.) (1995): *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1.º e 2.º graus*. MEC. MARI. UNESCO. Brasília.
- COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO (1983): *O índio e a cidadania*. Ed. Brasiliense, São Paulo.
- CUNHA, Manuela Careiro (1987): *Os direitos dos índios*. Ed. Brasiliense, São Paulo.